

PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO SUJEITO SURDO: UMA QUESTÃO INSTITUCIONAL

João David Santos Liro¹

Resumo: Esse texto pretende discutir os obstáculos que surgem ao longo do processo de escolarização do sujeito surdo. Tais obstáculos também estão relacionados a questões institucionais e precisam ser superados através de propostas de intervenção subsidiadas pelas políticas de inclusão. Essas políticas devem proporcionar experiências que valorizem a interação entre ambas: a cultura do surdo e a cultura do ouvinte. Obstáculos que se relacionam com questões cognitivas e pedagógicas são encarados por esse indivíduo no intuito de adquirir as técnicas de leitura e escrita “impostas” como regra para estar incluso socialmente de maneira letrada e proativa sob um sistema hegemônico que exclui e desconsidera o diferente. Utilizando a metodologia da pesquisa descritiva e a pesquisa de campo pretende-se investigar e colher informações essencialmente importantes para a análise dos desafios nesse processo de escolarização dos surdos recorrendo também aos suportes teóricos das revisões bibliográficas que trazem conceitos importantes para ressignificar, através de uma visão da crítica cultural, os termos apresentados nas palavras-chaves desse texto.

Palavras Chave: Obstáculos linguísticos; Sujeito surdo; inclusão; escolarização.

INTRODUÇÃO

Para dar início à temática proposta neste texto, faz-se necessário, antes, conceituar o que se costuma chamar de escolarização. Este termo é, comumente, usado para significar o processo escolar de aprendizado das letras, da aquisição das técnicas de leitura e escrita, mas não apenas isso, como também aprender a viver em regras sociais dentre outras coisas.

É consensual afirmar que é responsabilidade da escola o processo de aprendizagem da escrita, sendo a escola e a escolarização responsáveis pela alfabetização do ser, juntamente com a responsabilidade de torná-lo um ser letrado. Se esses objetivos não forem alcançados a escola e o processo de escolarização são apontados como falhos (SOARES, 2013)

A aquisição das técnicas de leitura e escrita, ou seja, alfabetização, assim como o uso eficaz dessas habilidades no âmbito social, letramento, faz parte desse processo de escolarização pelo qual todo cidadão deve vivenciar numa necessidade de se fazer proativo e incluso socialmente. Contudo, esse processo de escolarização torna-se um obstáculo bem maior quando se trata da inclusão do sujeito surdo nesse universo normativo da leitura e da escrita justamente por alguns fatores de ordem tanto cognitivos quanto pedagógicos se comparados com os obstáculos enfrentados por integrantes de um grupo social quantitativamente majoritário reconhecidos enquanto experienciadores naturais de uma cultura ouvinte “privilegiados” pela instituição escolar que adota um modelo educacional que “contempla” suas necessidades, mas se encontra despreparada no que

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II.

tange à eficácia de um modelo que contemple o sujeito surdo sem desconsiderar suas especificidades enquanto sujeito participante de uma cultura própria, a saber, a cultura surda.

Ao considerar que todo cidadão deve vivenciar essa experiência faz-se necessário voltar um olhar para o processo de escolarização das pessoas com necessidades especiais, em particular, o sujeito surdo que, por também ser cidadão proativo, tem sido, nos últimos anos, alvo de pesquisas por parte de grupos que se dedicam a aprofundar-se e disseminar mais sobre esse sujeito, sua língua, sua cultura e, principalmente, seu processo “inclusivo” nos vários contextos sociais e, em especial, no contexto escolar. Abrem-se aspas para destacar que, por mais proativo que esse indivíduo seja, os rótulos que lhes são impostos socialmente de invalidez e/ou incapacidade o torna excluído e marginalizado, e ainda que subjetivamente, a sociedade termina por acostumar-se com esse cenário, como afirma Dario Chaves em sua publicação na revista *Língua Portuguesa*.

Alguns possuem mais, enquanto que outros se encontram excluídos desse contexto. E estar excluído desse contexto é o mesmo que estar excluído da sociedade, marginalizado. Marginalizado do trabalho, da cultura, dos direitos e deveres. E ficamos acostumados com esse universo de excluídos que se forma, criando uma barreira entre “nós” e “eles” (CHAVES, 2016, p. 3)

Dessa forma, enquanto pesquisador, surgiu um questionamento durante observações feitas em sala de aula de ensino regular no período integral de trabalho como intérprete da *LIBRAS*- Língua Brasileira de Sinais para alunos surdos no *CETEP/LN*- Centro Territorial de Educação Profissional/Litoral Norte, onde se percebia as dificuldades e desafios no processo de “inclusão” do aluno surdo de modo geral no contexto escolar, mas principalmente no aprendizado dos conteúdos disciplinares e em especial na aquisição da modalidade da escrita em língua portuguesa. Diante disto, surge o seguinte questionamento: Como se dá o processo de escolarização regular do sujeito surdo numa instituição que afirma “adotar as políticas de inclusão” da educação especial? Levando em consideração que boa parte dos alunos surdos, estudantes do *CETEP/LN*, é oriunda do Centro Educacional Nova Esperança, uma escola que adota um modelo de ensino bilíngue, porém sobre a qual se suspeita a não eficácia na aplicabilidade desse modelo. O sujeito surdo, ao concluir o ensino fundamental, migra para uma escola de ensino regular, no caso o *CETEP/LN*, passando a ser imerso num processo “violento de inclusão” ao ter que adquirir e/ou avançar nas habilidades oferecidas e exigidas por esse currículo, principalmente na aquisição das regras da língua portuguesa e termina por sujeitar-se a um sistema hegemônico que se apresenta com uma falsa ideia de inclusão, mas que, na verdade, só exclui, pois desconsidera as especificidades desse sujeito surdo que traz consigo língua e cultura próprias que devem ser consideradas. Em *Infância e história* Agamben afirma:

A violência sem precedentes do poder humano tem a sua raiz última nessa estrutura da linguagem... trata-se de uma impossibilidade de falar a partir de uma língua, isto é, de uma experiência- através da morada infantil na diferença entre

língua e discurso- da própria faculdade ou potência de falar (AGAMBEN, 2008, p. 14)

É importante considerar que o indivíduo surdo não está assujeitado ao processo de “inclusão” nos moldes convencionados pelo pensamento hegemônico, que é “incluir para ser igual”. Ao contrário disto, ele é sujeito e interfere também no processo de apropriação e uso linguístico, porém utilizando pela sua condição especial de surdo, as suas especificidades.

[...] o adolescente entra na aula [...] com conhecimentos empíricos já constituídos: não se trata, portanto, de adquirir uma cultura experimental, mas sim de mudar de cultura experimental, de derrubar os obstáculos já sedimentados pela vida cotidiana (BACHELARD, 1996, p. 23)

Com isso, para que se considerem suas especificidades, faz-se necessário trazer à discussão àquilo que será entendido como “Obstáculos linguísticos”. Para se pensar o processo de escolarização desse sujeito surdo dentro dos moldes desse sistema hegemônico, deve-se averiguar quais são esses obstáculos impostos, os quais se relacionam com questões cognitivas e pedagógicas, pela forma com que se tem trabalhado a língua portuguesa com o sujeito surdo, buscando entender as implicações subjacentes a este processo com as ferramentas da crítica cultural. Dessa forma, a crítica cultural nos convida a enxergar além do óbvio e por detrás do que nos está posto, e a perceber onde estão as brechas, buscando, como num rizoma, rotas de fuga [...] o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 15).

Ao deslocar o olhar e utilizar uma metodologia que traga também para o centro da discussão não apenas o sujeito surdo, mas outros personagens essenciais que perpassam esse cenário de escolarização como no caso do professor e do intérprete de LIBRAS, é que se faz necessário buscar essas linhas de fuga para analisar esse processo de escolarização do sujeito surdo. Através de uma perspectiva da crítica cultural, lança-se um olhar sobre essa cultura marginalizada que deve ser trazida ao centro das discussões sobre exclusão numa tentativa de afirmação dessa cultura. E para isso, autores como Giorgio Agamben, Gilles Deleuze, Silvano Santiago, dentre outros, serão como suporte teórico para proporcionar um olhar sobre o assunto e para ressignificar os conceitos dos principais termos destacados ao longo das discussões sobre essa temática, tais como: escolarização, inclusão, obstáculos epistemológicos, identidade surda.

CONCLUSÃO

Dessa maneira, vale concluir que, além da proposta de descolonização do ensino linguístico para o sujeito surdo, existe também uma proposta de caráter político e de intervenção

social/educacional no que tange à viabilidade dos direitos dos surdos de experienciar uma prática pedagógica planejada pelas instituições que seja capaz de proporcionar uma interação entre as culturas surda e ouvinte de maneira eficaz valorizando ambas as culturas numa perspectiva de interação bilíngue.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, *Giorgio*. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2005.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: Contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CHAVES, Dario. *Educação é inclusão. Inclusão escolar: As dificuldades na educação de deficientes junto aos demais alunos*. Ed. Escola, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs- Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003.